

LEI N.o

, DE /

VETO TOTAL MANTIDO

Vencimento 20108199

Diretora Legislativa 19107195

26.072 o.n osseoo

PROJETO DE LEI N.O 7.405

Autor: JOSÉ CARLOS FERREIRA DIAS

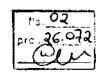
Ementa: Cria o Programa "Adote uma Praça".

Arquive-se

26108199



Câmara Municipal de Jundiaí São Paulo



Matéria: PL 7.405	Comissões	Prazos:	Comissão	Relator
A Consultoria Jurídica. Ollantedo Diretora Legislativa 14/10/98	CJR COSP	projetos vetos orçamentos contas aprazados QU	20 dias 10 dias 20 dias 15 dias 7 dias	7 dias - - - 3 dias

11/10/18				
	2			
À CJR.	Pesigno Reiston o Verendor M	Ø voto faverável		
Diretora Legislativa	· Sagle	Arrange		
Diretora Legislativa	17/1/98	Relator 9		
A <u>005P</u> .	Designo Relator o Vercador:	voto favorável voto contrário		
Diretora Legislativa	Presidente 01/12/88	Relator 1 1298		
VETO TOTAL (Plo. 16/17)				
A CJR.	Designo Relator o Vereador:	22 voto favorável □ voto contrário		
Wellanted	A STATE OF THE STA	nd ha		
Diretora Legislativa	Bresidente	Relator		
03/08/199	05/08/90,	05 1081 99		
À	Designo Relator o Vereador:	□ voto favorável □ voto contrário		
Diretora Legislativa / /	Presidente / /	Relator / /		
Γ				
À	Designo Relator o Vereador:	□ voto favorável □ voto contrário		
,				
Diretora Legislativa	Presidente / /	Relator / /		
λ	Designo Relator o Vereador:	☐ voto favorável		
		□ voto contrário		
Diretora Legislativa / /	Presidențe / /	Relator / /		
		/ /		

VETO TOTAL (As. 16/17)

À Consilbria Jurídica

Olyantyoli

Diretra Logislativa

20/07/99





23/ (0/98 W)

PP 515/98

CAMARA MUNICIPAL

J26072 00799 14 2 5 29

PROLLEGIA WARAL

Apresentado. Encaminhe-se à CJ e a:

CSP

CSP

Presidente
20/10/98



PROJETO DE LEI Nº. 7.405

(do Vereador José Carlos Ferreira Dias)

Cria o Programa "Adote uma Praça".

Art 1°. Fica criado o Programa "Adote uma Praça", destinado a receber a colaboração direta de empresas privadas na conservação e melhorias do ajardinamento e tratamento paisagístico de praças e logradouros públicos no município de Jundiaí.

- § 1º O programa caracteriza-se pela adesão espontânea das empresas interessadas, as quais comprometer-se-ão a observar as condições ajustadas nesta lei.
- § 2º A empresa adotante fica obrigada a proceder a conservação da praça ou logradouro público, a suas expensas por período determinado.
- § 3º Entende-se por conservação a manutenção de árvores, arbustos, flores, gramados, abrangendo a poda, irrigação, limpeza, substituição de espécies, remoção de pragas daninhas, bem como pequenos reparos e pinturas dos equipamentos eventualmente existentes: bancos, cercas, muretas e brinquedos.
- § 4º Para a execução dos serviços de conservação a empresa poderá valer-se de pessoal próprio ou contratados de terceiros inexistindo qualquer vinculo trabalhista com a Prefeitura.

Art 2°. Em contraprestação a empresa adotante poderá a suas expensas, veicular na mídia local o patrocínio através de:

- I panfletos em geral.
- II propaganda exclusiva nos bancos da praça.

*





(PL n°. 7.405/98 - fls. 2)

III - uma placa mencionando o patrocínio na praça adotada que não cause poluição visual, cujas proporções e características deverão ser estipuladas pelo Poder Executivo Municipal.

IV - veicular/divulgar em jornal, rádio e televisão o patrocínio.

Art 3°. A empresa e o poder público municipal deverão assinar contrato administrativo pertinente.

Parágrafo único. Qualquer parte poderá livremente rescindir o contrato a que alude o parágrafo anterior, bastando que se comunique 30 (trinta) dias de antecedência.

Art 4°. A Prefeitura colocará a disposição das empresas praças e logradouros que serão beneficiados.

Art 5°. A empresa deverá fornecer as seguintes certidões negativas para os fins desta lei:

I - certidão negativa de impostos municipais;

II - certidão negativa de protestos e títulos;

III - certidão negativa de falência e concordata.

Art 6°. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

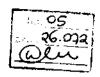
Sala das Sessões, 13.10.1998

JOSÉ CARLOS FERREIRA DIAS

"José Dias"

νĺ





(PL n°. 7.405/98 - fls. 3)

Justificativa

Sem dúvidas nossas praças necessitam de permanentes cuidados. O objetivo desta lei é que as empresas cuidem de nossas praças centrais e dos bairros evitando assim que a Prefeitura tenha essa constante preocupação. Com as praças limpas, cuidadas sem dúvida, nossa cidade ficará mais bonita.

Nos dias de hoje não costumam mais frequentar praças os casais de namorados devido ao perigo e à sujeira, pois muitas delas encontram-se abandonadas e com mendigos. Com o projeto "adote uma praça" as pessoas poderão, não digo frequentar, mas apreciar as mesmas e terem uma cidade mais bonita e saudável.

JOSÉ CARLOS FERREIRA DIAS

"José Dias"





CONSULTORIA JURÍDICA PARECER Nº 4.755

PROJETO DE LEI Nº 7.405

PROCESSO Nº 26.072

De autoria do Vereador JOSÉ CARLOS FERREIRA DIAS, o presente projeto de lei cria o Programa "Adote uma Praça".

A propositura encontra sua justificativa às fis.

5.

É o relatório.

PARECER:

Preliminarmente

- 1. Para que o projeto em exame possa prosperar, necessário se faz a apresentação, pelo autor, ou pela Comissão de Justiça e Redação, de emendas nesse sentido:
- 1.1. Nova redação ao art. 2º, "caput", suprimindo-se os incisos i a IV: "Art. 2º Em contraprestação a empresa adotante poderá a suas expensas, velcular na mídia iocal o patrocínio através de panfletos, propaganda nos bancos da praça, placa no local mencionando patrocínio e através da imprensa escrita, faiada e televisada, tudo conforme regulamento a ser expedido pelo Executivo".
- 1.2. Nova redação ao art. 3º, "caput", suprimindo-se o seu parágrafo único: "Art. 3º Os termos e condições de assinatura do contrato administrativo pertinente serão estabelecidos em regulamento."
- 1.3. Supressão dos arts. 4º e 5º;
- 14. Acrescentando-se o seguintes dispositivo:

"Art.___ Regulamento, a ser baixado pelo Executivo, estabelecerá outras formas de colaboração e disciplinará as praças e logradouros públicos que serão alcançados pelo Programa e outras providências correlatas.".





(Parecer CJ Nº 4.755 - fls. 02)

Com as alterações apresentadas, entendemos que a propositura será saneada dos vícios quanto a forma que incorpora, que abordam matéria de regulamento e atribuição ao Executivo, o que é defeso à proposta de vereador, conforme o art. 46, IV e V, c/c o art. 72, VI e XII, da Carta de Jundiai, caracterizadoras de vício de inconstitucionalidade. Assim, sugerimos que seja levado ao conhecimento, em caráter preliminar, ao vereador autor, este estudo, para apresentação de emendas, se entender pertinente, pois, em se quedando silente, poderá ser objeto de reparo, a seu tempo, pela Comissão de Justiça e Redação.

Do Projeto de Lei

- Acatada as sugestões ofertadas em sede de preliminar, a proposta em estudo se nos afigura revestida da condição legalidade quanto à competência (art. 6°, "caput",), e quanto à iniciativa, que na questão em tela é concorrente (art. 13, I, c/c o art. 45), sendo os dispositivos relacionados pertencentes à Lei Orgânica de Jundiaí.
- 3. A matéria é de natureza legislativa, eis que busca instituir norma legal em caráter genérico e abstrato, e relativamente ao quesito mérito, pronunciar-se-á o soberano Plenário.
- 4. Além da Comissão de Justiça e Redação, deve ser ouvida a Comissão de Obras e Serviços Públicos.
- 5. QUORUM: maioria simples (art. 44, "caput", L.O.M.).

Recobi.

Note:
Note:
Identicacó:
En/23 1/ 98

S.m.e.

Jundial, 3 de novembro de 1998

Dr JOAO JAMPAULO JÚNIOR Consistor Jurídico -

×





pp. 5.152/98



EMENDA Nº. 01 ao PROJETO DE LEI Nº. 7.405

(do Vereador José Carlos Ferreira Dias)

Reformula disposições sobre forma de propaganda do patrocínio da praça e da assinatura de contrato administrativo correlato e prevê regulamentação pelo Executivo.

- 1. Nova redação ao art. 2°., suprimindo-se seus itens I a IV:
- "Art. 2°. Em contraprestação, a empresa adotante poderá, a suas expensas, veicular na mídia local o patrocínio, através de panfletos, propaganda nos bancos da praça, placa no local mencionando o patrocínio e através da imprensa escrita, falada e televisada, tudo conforme regulamento a ser expedido pelo Executivo."
 - 2. Nova redação ao art. 3º., suprimindo-se o seu parágrafo único:
- "Art. 3°. Os termos e condições de assinatura do contrato administrativo pertinente serão estabelecidos em regulamento."
 - 3. Suprimam-se os arts. 4°. e 5°.
 - 4. Acrescente-se o seguinte art. 4° .:
- "Art. 4º. Regulamento a ser baixado pelo Executivo estabelecerá outras formas de colaboração e disciplinará as praças e logradouros públicos a serem alcançados pelo Programa e outras providências correlatas."

Justificativa

O presente texto está sendo apresentado conforme sugestão da douta Consultoria Jurídica da Casa.

Sala das Sessões, 10.11.1998

JOSÉ CARLOS FERREIRA DIAS

pe515298.doc/ns

216 x 316 mm





COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

PROCESSO Nº 26.072

PROJETO DE LEI Nº 7.405, do Vereador JOSÉ CARLOS FERREIRA DIAS, que cria o Programa "Adote uma Praça".

PARECER Nº 904

A Lei Orgânica de Jundiaí - art. 6°, "caput", c/c o art. 13, l, e art. 45 - confere ao projeto de lei em exame a condição legalidade relativamente à iniciativa e à competência, conforme depreendemos da leitura do estudo apresentado pela Consultoria Jurídica da Casa, expresso no Parecer nº 4.755, de fls. 6/7, que subscrevemos na totalidade.

A natureza legislativa do texto é incontestável, eis que objetiva criar, em caráter genérico e abstrato, o Programa "Adote uma Praça", o que somente pode se dar através de lei. Portanto, inexiste impedimentos incidentes sobre a pretensão.

Assim, acoihemos a propositura em seus termos, eis que a mesma foi saneada a contento, com a apresentação da emenda de fis. 8, em observância à sugestão do órgão técnico, e concluímos votando favorável à sua aprovação.

É o parecer.

APROVADO 24/11/94

DER GUBLIELMIN

Presidente

AYLTON MÁRIO DE SOUZA

Sala das Comissões, 20,71,189

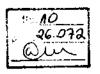
ANA VICENTÎNA TONELLI

Relatora

ANTONIOGALDINO

WANDERLEI RIBEIRO





COMISSÃO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

PROCESSO Nº 26.072

PROJETO DE LEI Nº 7.405, do Vereador JOSÉ CARLOS FERREIRA DIAS, que cria o Programa "Adote uma Praça".

PARECER Nº 926

Instituir diretrizes que culminarão com a criação de um programa voltado à adoção, pela iniciativa privada, de praças e logradouros públicos com o objetivo de proporcionar conservação e melhorias, sem ônus para o erário representa a finalidade que se busca alcançar com o projeto em análise.

Com o saneamento da proposta pelo nobre autor, atendendo sugestão do órgão técnico da Edilidade, considerâmo-la instrumento que pode conferir oportuna contribuição do Legislativo para o setor de planejamento da Administração Pública Municipal, em face da necessidade que se faz de um programa do gênero, que será inclusive, conforme previsão inserta no projetado art. 4º, constante da emenda de fls. 8, objeto de regulamentação por parte do Executivo, e no que se refere ao quesito obras e serviços públicos, entendemos ser o texto correto e merecedor do nosso total apoio a propositura.

Decorre dos argumentos ora expostos o nosso voto favorável

à matéria.

· É o parecer.

APROVADO 08/12/98

ADEMIR PEDROVICTOR

Presidente

DURVAL OPES ORLATO

Sala das Comissões, 02.12.1998

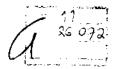
MARCÍLIO ÇARRA Relator

ANA VICENTINA TONELLI

Felisberto Negri Neto



Câmara Municipal de Jundiaí São Paulo



REQUERIMENTO AO PLENÁRIO Nº 2.562

URGÊNCIA para apreciação do PROJETO DE LEI N.º 7.405, do Vereador JOSÉ CARLOS FERREIRA DIAS, que cria o Programa "Adote uma Praça".

APROVADO
Presidente
29 106199

REQUEIRO à Mesa, na forma facultada pelo Regimento Interno, mediante aprovação do soberano Plenário, URGÊNCIA para apreciação, na presente sessão ordinária, do PROJETO DE LEI N.º 7.405, de minha autoria.

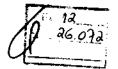
Sala das Sessões, 29/06/99

JOSÉ CARLOS FERREIRA DIAS

DE CARLOS FERREIRA



Câmara Municipal de Jundiaí São Paulo



GABINETE DO PRESIDENTE

Of. PR 06.99.130 proc. 26.072

Em 30 de junho de 1999.

Exmo. Sr.

Dr. MIGUEL MOUBADDA HADDAD

DD. Prefeito Municipal de Jundiaí

NESTA

Para seu distinto conhecimento e adoção das providências julgadas cabiveis, a V.Exa. encaminhamos, em duas vias, o AUTÓGRAFO Nº 6.016, referente ao PROJETO DE LEI Nº. 7.405, aprovado na sessão ordinária ocorrida no dia 29 de junho de 1999.

Sendo o que havia para o ensejo, queira aceitar, mais, nossas

expressões de estima e consideração.

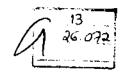
PROF. FRANCISCO DE ASSIS POÇO

Presidente

/fspp

*





PROJETO DE LEI Nº 7.405

AUTÓGRAFO Nº 6.016

PROCESSO

Nº 26.072

OFÍCIO PR

Nº 06.99.130

RECIBO DE AUTÓGRAFO

DATA DE ENTREGA NA PREFEITURA:

01 1 07 1 99

ASSINATURAS:

EXPEDIDOR:

Vario

RECEBEDOR: PINTIA STELLA

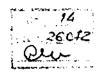
PRAZO PARA SANÇÃO/VETO

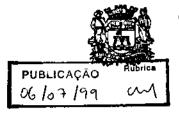
(15 dias úteis - LOJ, art. 52)

PRAZO VENCÍVEL em:

23 107 199

DIRETORA LEGISLATIVA





Câmara Municipal de Jundiai São Paulo

GABINETE DO PRESIDÊNTE

proc. 26.072

GP., em 08.07.99

Eu, MIGUEL HADDAD, Prefeito do Município de Jundiaí, VETO TOTALMENTE o presente Projeto

de Lei:

MIGUEL HADDAD

Prefeito Municipal

<u>AUTÓGRAFO Nº 6.016</u>

(Projeto de Lei nº. 7.405)

Cria o Programa "Adote uma Praça".

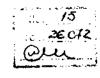
O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ, Estado de São Paulo, faz saber que em 29 de junho de 1999 o Plenário aprovou:

Art 1°. Fica criado o Programa "Adote uma Praça", destinado a receber a colaboração direta de empresas privadas na conservação e melhorias do ajardinamento e tratamento paisagístico de praças e logradouros públicos no município de Jundiaí.

- § 1º O programa caracteriza-se pela adesão espontânea das empresas interessadas, as quais comprometer-se-ão a observar as condições ajustadas nesta lei.
- § 2º A empresa adotante fica obrigada a proceder a conservação da praça ou logradouro público, a suas expensas por período determinado.
- § 3º Entende-se por conservação a manutenção de árvores, arbustos, flores, gramados, abrangendo a poda, irrigação, limpeza, substituição de espécies, remoção de pragas daninhas, bem como pequenos reparos e pinturas dos equipamentos eventualmente existentes: bancos, cercas, muretas e brinquedos.
- § 4º Para a execução dos serviços de conservação a empresa poderá valer-se de pessoal próprio ou contratados de terceiros inexistindo qualquer vínculo trabalhista com a Prefeitura.

Art 2°. Em contraprestação, a empresa adotante poderá, a suas expensas, veicular na mídia local o patrocínio, através de panfletos, propaganda nos bancos da praça, placa

10





Câmara Municipal de Jundiai São Paulo

GABINETE DO PRESIDENTE

(Autógrafo nº. 6.016 - fls. 2)

no local mencionado o patrocínio e através da imprensa escrita, falada e televisada, tudo conforme regulamento a ser expedido pelo Executivo.

Art 3°. Os termos e condições de assinatura do contrato administrativo pertinente serão estabelecidos em regulamento.

Art. 4°. Regulamento a ser baixado pelo Executivo estabelecerá outras formas de colaboração e disciplinará as praças e logradouros públicos a serem alcançados pelo Programa e outras providências correlatas.

Art 5°. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CÂMARA MUNICIPAL DE MUNDIAÍ, em trinta de junho de mil

novecentos e noventa e nove (30.06.1999).

Prof. FRANCISCO DE ASSIS POÇO

Presidente



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ

PUE. 3ÃO Rebries 06/08/99 04

ME JUNDIAL

Oficio @.L n° 345/99 Processo n° 14.205-1/99

#27868 ML 99 19 2 1 35

Apresentato. Encaminhe-se à CJ e a:

Jundiai, 08 de julho de 199

Presidente 3,08,50 Fairo Senhor Presidente: Presidente 4 108/99

16

proc. 26072

Comunicamos à Vossa Excelência e aos Nobres Vereadores que com fundamento nos artigos 72, VII e 53 da Lei Orgânica do Município, estamos VETADO TOTALMENTE o Projeto de Lei nº 7405, Autógrafo nº 6.016, aprovado por essa E. Edilidade, por considerá-lo ilegal e inconstitucional conforme as razões a seguir expostas.

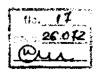
O presente projeto de lei visa a <u>criação do</u> programa "Adote uma Praça".

A princípio, cumpre-nos observar que o Município já conta com programa de cooperação com entidades privadas, visando a urbanização e conservação de praças, jardins e demais áreas verdes, nos termos do Decreto nº 7578/84 e suas alterações.

Ainda, há que se salientar que as disposições constantes dos parágrafos do art. 1º e o art. 2º versam sobre matéria afeta ao âmbito de competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo, de acordo com o que estabelece o art. 72, VI, da Lei Orgânica do Município.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ



Ademais, cumpre-nos observar que a propaganda no âmbito municipal é regulada por lei específica que veda a sua veiculação através de panfletos, conforme indicado no art. 2° da propositura.

Da ilegalidade apontada, decorre a inconstitucionalidade, posto que maculado o princípio da separação dos Poderes consagrado nas Cartas Magnas Federal e Estadual, a teor dos arts. 2º e 5º, respectivamente.

Restando, pois demonstradas as razões que impedem a transformação da presente propositura em lei, permanecemos convictos de que os Nobres Vereadores manterão o VETO APOSTO, ratificando-as.

Nesta oportunidade renovamos nossos protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

MIGUEL BEDDAD
Prefeito Municipal

Exmo. Sr.

Vereador FRANCISCO DE ASSIS POÇO DD. Presidente da Câmara Municipal NESTA

tr4





CONSULTORIA JURÍDICA PARECER Nº 5.038

VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 7.405

PROCESSO Nº 26.072

- 1. O Sr. Chefe do Executivo houve por bem vetar totalmente o presente projeto de lei, do Vereador JOSÉ CARLOS FERREIRA DIAS, que cria o Programa "Adote uma Praça", por considerá-lo ilegal, conforme as motivações de fls. 16/17.
- 2. O veto foi oposto e comunicado no prazo legal.
- 3. Em que pese o abalizado posicionamento lançado no Parecer nº 4.755, desta Consultoria Jurídica (fls. 06/07), pedimos vênia para subscrever as razões de veto opostas pelo Alcaide, uma vez que, em nosso sentir, a forma como se realiza a manutenção e conservação de praças (*res publica*) se insere dentro da esfera privativa do Prefeito Municipal, conforme artigo 46-IV da Lei Orgânica do Município de Jundiaí. Noutro falar, temos que, mesmo se delegada a conservação e manutenção das praças aos particulares, este não perde a natureza de serviço público, portanto, de competência privativa do Alcaide.
- 4. Inegável, neste passo, que a Câmara Municipal ingressou, ainda que por via oblíqua, em campo privativo do Prefeito Municipal, de organizar, superintender e dirigir os serviços municipais, sendo certo que "a Câmara não administra, mas apenas estabelece normas de administração, reguladoras da atuação administrativa do Prefeito; usurpando funções do Executivo, ou suprimindo atribuições do Prefeito, a Câmara pratica ilegalidade reprimível por via judicial, consoante tem entendido o Excelso STF e os Tribunais Estaduais"

¹ cf. Hely Lopes Meirelles, apud TJ/SP, Pleno, Adin n° 21.688-0/2, Prefeitura Municipal de Jundiaí X Camara Municipal de Jundiaí, Rel. Des. Nelson Fonseca, j. 08.02.1995, v.u.





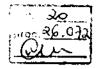
- 5. O veto deverá ser encaminhado à Comissão de Justiça e Redação, nos termos do § 1º do art. 207 do Regimento Interno da Casa, com a nova redação dada pela Resolução 438/97 e que terá o prazo improrrogável de dez dias para manifestar-se (art. 207, § 2º do Regimento Interno da Casa).
- Em conformidade com a Constituição da República e a Lei Orgânica de Jundiaí, a Câmara deverá apreciar o veto dentro de 30 dias, contados de seu recebimento, só podendo rejeitá-lo pelo voto da maioria absoluta dos seus membros em escrutínio secreto (art. 66, § 4°. C.F., c/c o art. 53, § 3°, da L.O.M.). Exaurido o prazo mencionado sem deliberação do Plenário, o veto será pautado para a Ordem do Dia da sessão imediata, sobrestadas todas as demais proposições, até sua votação final, ressalvadas as matérias de que trata o "caput" do art. 62 da Constituição Federal, c/c o art. 53, § 3° da Carta Municipal.

S.m.e.

Jundiai, 2/3 de julho de 19

Fábio Nadal Pedro Assessor Jurídico





COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

PROCESSO Nº 26.072

VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 7.405, de autoria do Vereador José Carlos Ferreira Dias, que cria o Programa "Adote uma Praça".

PARECER Nº 1180

Trata-se de análise de veto total ao projeto de lei em testilha, cujas razões são subscritas pela D. Consultoria Jurídica (parecer nº 5.038 - fls. 18/19).

Analisando os argumentos do Alcaide, temos que o projeto realmente invade seara privativa do Sr. Prefeito Municipal, bem como já existe programa de cooperação, com a iniciativa privada, visando a conservação de praças e demais áreas verdes (de molde a afastar, em tese, as razões de interesse público).

Pelo exposto, votamos favorável a manutenção do veto aposto pelo Senhor Prefeito Municipal.

Sala das Comissões, 09 de agosto de 1999.

APROVADO

10/08/99

VA VICENTINA TONELLI

 \bigcirc

AYLTON MÁRIO DE SOUZA

wandeniei ribeiro

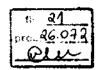
Presidente e Relator

ANTONIO GALDINO

OSÉ CARLOS FERREIRA DIAS

215 x 315 m





108°. SESSÃO ORDINÁRIA DA 12°. LEGISLATURA. EM 24 DE AGOSTO DE 1999

- Lei Orgânica de Jundial, art. 53, § 2º - (votação secreta de veto)

VETO TOTAL ao PROJETO DE LEI Nº 7,405

VOTAÇÃO

mantença: 08

rejeição: <u>JO</u>

EM BRANCO:

NULOS: __

AUSÊNCIAS: <u>03</u>

TOTAL: _2/_

RESULTADO

VETO REJETADO

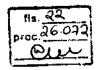
AELO MYNLLOO

X

Presidente



Câmara Municipal de Jundiai São Paulo



GABINETE DO PRESIDENTE

Of. PR 08.99.88 proc. nº 26.072

Em 24 de agosto de 1999.

Exmo. Sr.

Dr. MIGUEL MOUBADDA HADDAD

DD. Prefeito Municipal de Jundiaí

NESTA

Para conhecimento de V.Exa. e adoção das providências que couberem, comunicamos que o VETO TOTAL oposto ao PROJETO DE LEI Nº 7.405 (objeto de seu Of. GP.L. nº 345/99) foi MANTIDO na sessão ordinária ocorrida no dia 24 de agosto de 1999.

Sendo o que havia\para o ensejo, queira aceitar, mais nossas

expressões de estima e consideração.

Prof. FRANCISCO DE ASSÍS POÇO

Presidente

Nome: CINTIA STELLA Identidade: 29469154-6
Em 26/08/99

/tl

**